

## ARTIGO

# O exercício mitológico do Estado

As crises confundem os governos, que não raro aplicam desastrosas terapias na economia

UBIRATAN JORGE IÓRIO DE SOUZA

“É preciso tirar a César tudo que não lhe pertence” (Eluard)

As grandes crises econômicas, vividas por várias sociedades em épocas diferentes, tornam mais visível a frieza da história econômica. Infelizmente, porém, essas crises, que poderiam ajudar a esclarecer as causas e as conseqüências dos acontecimentos, acabam muitas vezes por confundirlos, uma vez que algumas de suas pretensas “explicações” nada mais são do que exercícios — com frequência, ideologicamente deliberados — de mitologia, que é, inegavelmente, um forte elemento infiltrado nas interpretações econômicas.

Um exemplo claro desse tipo de ilusão mitológica é a interpretação que serviu de base para o Plano Colô 1, segundo a qual o Estado brasileiro estaria padecendo de uma certa “fragilidade financeira” — isto é, estaria quebrado — por culpa exclusiva de seus credores internos e externos, lídimos representantes das chamadas “elites”. Poucas vezes, quando o diagnóstico é incorreto, a terapia deixa de ser desastrosa. E foi o que aconteceu: bloquearam-se os haveres dos credores internos, brava-teou-se contra os credores externos, desrespeitaram-se contratos livre e previamente firmados, congelou-se, desindexou-se, prenderam-se alguns empresários, brincou-se de fazer política monetária, criaram-se “câmaras setoriais” (que são autênticas câmaras de tortura), usou-se e abusou-se, enfim, do aparentemente inesgotável arsenal heterodoxo de “engenharia social”.

Os resultados aí estão e constituem a autêntica bomba de efeito retardado herdada pelo ministro Marcílio: a saída de um congelamento, a devolução dos cruzados outrora novos e hoje envelhecidos pela corrosão da desindexação, as pressões sobre os salários, o atraso cambial (que deverá aumentar no segundo semestre), as incertezas, a desorganização das atividades produtivas, o desemprego, o recrudescimento iminente da inflação e o perigo de uma explosão social...

Como desarmar essa bomba? Primeiro, corrigindo-se o diagnóstico; segundo, adotando-se o tratamento adequado, o que significa o abandono das ilusões mitológicas que parecem haver contaminado o Brasil e que têm levado sucessivas equipes econômicas a caçar os efeitos sem cassar as causas.



Não é preciso uma convicção liberal: basta o bom senso, para perceber-se que o Estado quebrou porque cresceu muito além do necessário e, para piorar a situação, cresceu demais onde sequer deveria ter-se intrometido e encolheu demais onde as necessidades sociais jamais deixaram de clamar por sua presença. Temos aço estatal, petróleo estatal, bancos estatais, loterias estatais, previdência estatal, etc., mas não temos, por exemplo, sistemas eficientes de segurança, de ensino, de saúde, de aposentadoria nem de infraestrutura. É preciso que César nos devolva o que não lhe pertence, para que lhe possamos de bom grado dar o que deve ser seu!

A condição necessária para o restabelecimento do valor da moeda nacional é a reversão do regime fiscal e a condição suficiente a reversão do regime monetário. Enquanto a sociedade disso não se convencer e não exigir resposta nesse sentido de seus representantes, o Brasil permanecerá nessa macabra caçada de que vem participando, até que toda a fauna seja morta, com exceção do tigre...

Quando falamos de reversão de regime fiscal, referimo-nos a um

ajuste de fato (algo bem diferente do inegável “esforço fiscal” efetuado em 1990), de sorte que os diversos agentes econômicos não só percebam um aperto de curto prazo na política orçamentária, mas passem a formar suas expectativas com base na percepção de que ela continuará sob controle no futuro e que, portanto, não haverá necessidade de financiamento monetário. Diversas interpretações das grandes crises econômicas, despidas de mitologia, mostram que isso foi suficiente para vencer as piores inflações da história.

E um dos requisitos básicos para reverter o regime fiscal é um programa claro, definido e vigoroso de privatização. Cobrar um programa desses do governo é, neste momento, tarefa inadiável de todos os que amam este país e ainda acreditam nele. Mais do que nunca, é preciso retirar de César o que não lhe deve caber! Devemos exigir do governo que ele nos diga, primeiro, quantas estatais existem; segundo, quais os setores da economia que deverão passar ao setor privado; terceiro, quantas e quais empresas estatais deverão ser privatizadas em benefício do verdadeiro patrimônio públi-

co, que é o bolso do contribuinte e, por fim, quando serão privatizadas.

É verdade que, assim como Roma não foi feita em um dia, um programa de privatização também exige tempo. Mas é preciso avançar com firmeza e convicção, a exemplo do que fizeram Madsen Pirie na Inglaterra e José Piñera no Chile. E também é verdade, infelizmente, que, após 15 meses, somente agora o primeiro dos “elefantes brancos”, ao que parece, será privatizado. Como diria um velho professor de música, “largo, ma non troppo!” (ou, em bom português, será que precisa ser tão devagar?).

Nesse ritmo, se admitirmos que o número de estatais a serem privatizadas seja igual a 100, o País levará 1.500 meses, ou seja, 125 anos, para completar o seu programa de privatização e, portanto, para que nossos bisnetos possam beneficiar-se do fato de viverem em uma sociedade liberal-democrática moderna, livres, enfim, dos “progressismos” retrógrados que hoje emperam o seu progresso!

□ Ubiratan Jorge Iório de Souza, economista e consultor, é professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)